

Os impressos jornalísticos e a escrita da história¹

Simone da Silva BEZERRIL²

Resumo

Em virtude da ampliação do conceito de fonte histórica que se evidenciou com o surgimento da Escola dos *Annales*, a partir do início do século XX, propõe-se apresentar uma abordagem sobre a relevância que têm os periódicos para a historiografia, ao serem vislumbrados como fontes e, principalmente, como objetos de estudo para a pesquisa histórica. Portanto, este artigo visa examinar as relações entre imprensa, política e escravidão, através da análise de impressos que circularam na Paraíba nos últimos anos que antecederam a abolição dos escravos, investigando como esses jornais se posicionaram politicamente e de que forma teriam contribuído para o fim do sistema escravista. Desse modo, este trabalho tem como foco analisar a importância dos jornais e da atividade jornalística para a ampliação das abordagens sobre a história política, devido serem os impressos setores que registram e interpretam os acontecimentos do cotidiano.

Palavras chaves: História. Jornais. Fontes históricas. Jornalismo. Política. Abolição da escravidão.

Introdução

A partir das últimas décadas do século XX começou a haver um debate acerca do uso de jornais como fontes de pesquisa para a escrita da história. Até então, os periódicos foram excluídos da historiografia devido serem considerados representantes de ideologias e interesses políticos. No decorrer da década de 1970, segundo Tania Regina de Luca (2008), ainda existia uma relutância em escrever a história tendo os impressos como fontes, embora já houvesse um entendimento acerca de sua importância.

¹ Artigo apresentado no GT *O espaço da política nos estudos sobre o Oitocnetes* do II Simpósio de História do Maranhão: Disputas políticas e práticas de poder, realizado de 7 a 10 de junho de 2011. O trabalho original sofreu algumas alterações, como exemplos: a modificação do título, o acréscimo de subtítulos e considerações.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFPB). Email: nowaysimony@hotmail.com

Com a ampliação do campo de atuação do historiador, mediante o surgimento de novas temáticas e devido à alteração da concepção de documento histórico, passou-se a privilegiar outras fontes, dentre as quais se destacam: os jornais e os dados estatísticos. Essa inovação, que começara com a *Escola dos Annales*, foi se expandido ao longo do século XX, em virtude das transformações teóricas que se processaram no campo do conhecimento histórico. Mas, vale salientar, de acordo com os estudos de Tania Regina de Luca, que a crítica feita, ainda em 1930, pelos *Annales*, não “implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo” (2005, p.112)

Em relação ao processo de expansão do campo temático do historiador, diz a autora:

A face mais evidente do processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores foi a renovação temática, imediatamente perceptível pelo título das pesquisas, que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História. Outras menos visíveis, apesar de talvez mais profundos, apontavam para a “passagem de um paradigma em que a análise macroeconômica era primordial para uma História que focaliza os sistemas culturais”, a fragmentação da disciplina, o esmaecer do projeto de uma História total e o interesse crescente pelo episódio e pelas diferenças (DE LUCA, 2005, p. 113).

No Brasil, muitos trabalhos foram realizados tendo os impressos como base da pesquisa, porém essa produtividade ainda não atingiu um número expressivo. Dentre alguns estudos relevantes, escritos na década de 1970, que privilegiaram os periódicos como fontes de pesquisa para o entendimento sóciopolítico, como lembra Tania Regina de Luca, destacam-se: *O bravo matutino*, de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado e *O Estado de S. Paulo, Correio Paulistano e Diário Nacional*, obra de Vavy Pacheco Borges.

O presente artigo tem o objetivo de vislumbrar os jornais como fontes fundamentais para os historiadores, assim como elevar os impressos à categoria de objeto de estudo da própria história. É inegável a importância dos periódicos para o enriquecimento historiográfico, já que através da imprensa pode-se entender, melhor, determinados comportamentos e práticas de uma dada sociedade.

1. Jornais como fontes de pesquisa

Os jornais do início do século XX são fontes riquíssimas para o estudo dos novos costumes e dos novos espaços de sociabilização, advindos com o incremento urbano do Brasil. Por exemplo, através dos anúncios publicitários pôde-se constatar, dentre outras, as influências francesas no modo de vestir e o próprio desenvolvimento urbano das cidades. Aliás, esse século viu nascer a imprensa capitalista, financiada pelos empresários, no lugar da artesanal.

O mundo do trabalho industrial não pode ser dissociada das cidades e do processo de urbanização, com os quais guarda a mais estrita vinculação. Os estudos sobre o urbano constituíram-se em importante campo temático da pesquisa histórica. As transformações conhecidas por algumas capitais brasileiras nas décadas iniciais do século XX foram, em várias investigações, perscrutadas por intermédio da imprensa (DE LUCA, 2005, p. 120).

Devido ostentarem a tarefa de representar a sociedade na qual estão inseridos, os periódicos se tornaram fontes fundamentais para os estudos de temáticas diversas, que tiveram grande visibilidade histórica graças à permanência de suas memórias nas páginas dos jornais. A exemplos, podemos citar: o processo de imigração no Brasil, ocorrido no final do século XIX e início do XX; o trabalho industrial e a própria história do movimento operário, que, na maioria das vezes, foi representada por uma pequena imprensa de militância.

Dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais, enfim, respostas para as mais diversas questões acerca dos segmentos militantes puderam ser encontradas nas páginas de jornais, panfletos e revistas, que se constituíam em instrumento essencial de politização e arregimentação (DE LUCA, 2005, p.119).

Tania Regina de Luca ainda chama a atenção sobre a importância dos jornais para a possibilidade do estudo de outros eixos temáticos que proporcionaram a variação e ampliação das abordagens historiográficas, como a visão acerca do papel feminino em

determinada época, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do estudo de gênero. Esse alargamento do campo de pesquisa se deu graças à capacidade dos impressos de reunir em suas páginas diversos espaços, ou seja, editorias variadas de representação social.

Portanto, como vem sendo demonstrado, a imprensa, particularmente a impressa, tem propiciado não apenas o alargamento das fontes do historiador, mas principalmente a possibilidade de verificar e conhecer, dentre outros, as transformações das práticas culturais, os comportamentos sociais de uma referida época, as manifestações ideológicas de certos grupos, a representação de determinadas classes e a visibilidade dos gêneros.

A dimensão representativa da imprensa, ou seja, sua legitimação em representar os acontecimentos ocorridos na sociedade, assim como de reconstruir os fenômenos culturais e os estereótipos sociais, fazem dos jornais um potencializador e guardador de memórias locais ou mesmo nacionais.

O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político (DE LUCA, 2005, p.129).

No que diz respeito à temática política, as fontes impressas se destacam e ganham dinamismo devido serem os jornais um suporte que mantém uma ligação direta com os poderes representativos, ao registrar e traduzir, diariamente, os acontecimentos e as mudanças ocorridas no cenário político. “As renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder” (LUCA, 2005, p.128)

Como podemos perceber, as fontes periódicas nos permite uma infinidade de abordagens. Além disso, o desenvolvimento da imprensa no Brasil traduz a própria evolução da tecnologia, pois a confecção dos jornais partiu dos meios mais simples de mecanização para os mais sofisticados, como os processos de digitalização. Em relação a esse assunto, diz Tania Regina de Luca que:

Nas páginas dos exemplares inscreve-se a própria história gráfica, dos prelos simples às velozes rotativas até a impressão eletrônica. O mesmo

poderia ser dito em relação ao percurso das imagens, que se insinua de forma tímida nos traços dos caricaturistas e desenhistas e chega a açambarcar o espaço da escrita com a fotografia e o fotojornalismo. Páginas amareladas que também trazem as marcas do processo de trabalho que juntou máquinas, tintas, papel, texto e iconografia, fruto da paciente ordenação do paginador e da composição manual e caprichosa de cada linha do texto pelo tipógrafo, passando pelos ágeis operadores das linotipos e, agora, pelos meios digitais (DE LUCA, 2005, p.132).

No entanto, ao analisarmos os mais variados componentes dos jornais, devemos levar em conta que o jornalismo trata-se de uma atividade de cunho político-ideológico influenciado pelo seu meio social e histórico. Isso significa dizer que não existe neutralidade no jornalismo, já que esse setor é condicionado por fatores externos (culturais, sociais, políticos, econômicos) e internos (questão de organização e de adequação à equipe que compõem a redação).

O jornalismo, via de regra, atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar à suas opiniões subjetivas e particularistas o foro de objetividade (MARCONDES FILHO, 1989, p. 11).

Devemos ressaltar também que são os jornalistas quem decidem o que são ou não notícias, diante da amplitude do número de acontecimentos. Esse é um processo implica em uma seleção de acordo com os próprios critérios jornalísticos, que, por sua vez, são determinadas pela ideologia política seguida pela empresa. Além dessa seleção, existe a angulação ou abordagem que é conferida a cada matéria. Está presente no enfoque da notícia a dimensão que se quer atribuir a um determinado caso. Mas, também “é em função da maior ou menor previsibilidade que um fato adquire o estatuto de acontecimento. Quanto menos previsível for, mais probabilidade terá de ser notícia. E de um universo vasto, apenas alguns chegam à condição de notícia” (MIOTTO, 2003, p.54).

Já para Ciro Marcondes Filho, “torna-se notícia aquilo que é ‘anormal’, mas cuja anormalidade interessa aos jornais como porta-vozes de correntes políticas” (1989, p.13). Nesta direção, ressalta o autor que:

Os jornais são como pontas de icebergs, que no nível externo representam a democracia formal, na qual todos seriam iguais, e, no fundo, escondem o poder político ou econômico que os sustenta, que é incomparavelmente diferenciado de um jornal para outro em relação ao seu tamanho e importância (1989, p. 13).

Essas ocorrências nos confirmam que no jornalismo não existe espaço para a imparcialidade, a não ser pela composição da linguagem (lead), e que algumas matérias, principalmente as de cunho político, são fragmentadas e distorcidas de acordo com o interesse da linha editorial do jornal.

No cotidiano jornalístico, o termo imparcialidade é utilizado como propaganda por todos os veículos de comunicação que desejam passar a idéia de credibilidade aos seus consumidores. Entretanto, a imprensa é constituída por pessoas que, como bem disse um dos entrevistados, são seres pulsantes, têm paixões e desejos, portanto, parciais (CIRINO, 2004, p. 26).

Ao partirmos para o entendimento do conceito de notícia, seguiremos a teoria que a defende como uma reconstrução da realidade, não como um espelho do espaço público. Isso porque a notícia não implica no fato em si, mas em uma abordagem, em um relato daquilo que ocorreu. Existe, portanto, uma limitação simbólica, mas isso não quer dizer que o que estaria sendo relatado não seja verdade, pois isso vai depender da concepção subjetiva de cada um. Determinado fato pode ser analisado e interpretado de várias maneiras, de acordo com o ângulo de quem o ver.

É preciso perceber que a notícia não é espelho do fato, porque muitas críticas às distorções da imprensa popular são pertinentes do ponto de vista ético, mas transmitem a idéia de que é possível uma notícia límpida que faça os fatos transparecerem tal como aconteceram. As notícias reconstróem os acontecimentos por intermédio da linguagem e são redigidas com base em formas narrativas, símbolos, estereótipos, frases feitas, metáforas e imagens, e interpeladas por constrangimentos organizacionais, pressões políticas e econômicas, entre outros (AMARAL, 2003, p.71)

Por seu turno, para Gaspar Bianor Miotto, as fontes dos jornalistas devem ter responsabilidades éticas, assim como “o profissional da notícia tem por obrigação narrar o acontecimento com possível isenção, para que o destinatário tenha elementos reais para julgar o que ocorre” (2003, p.53). O autor ainda relata que quando se vai escrever sobre

algum assunto ou fato, que não presenciou, o que deverá buscar uma aproximação da verdade, já que não existe verdade absoluta, e isso apenas será possível por meio da diversificação das fontes entrevistadas.

Já Ciro Marcondes Filho atribui à notícia um aspecto mercadológico. Para o autor, “notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivo” (1989, p. 13).

A idéia de notícia defendida por Marcondes Filho implica numa concepção de jornalismo que estimula a passividade dos leitores. Para ele, esse comportamento da imprensa está intrinsecamente relacionado aos interesses políticos, objetivando incutir na sociedade um sentimento de acomodação. Essa tendência se contrapõe a ideia de jornalismo agitador, mobilizador das causas sociais e da imprensa como órgão de veiculação de notícias de interesse público.

Diante disso, podemos afirmar que ao jornalismo competem várias funções e ao seu estudo diversas abordagens, pois o jornal enquanto suporte de comunicação de massa pode ser entendido como espaço de representação social. Já o jornalismo, enquanto atividade ideológica, pode adquirir dimensões diferenciadas, dependendo do interesse político-econômico que se faz presente, podendo atuar como legitimador ou contestador de uma dada conjuntura. Desse modo, a notícia é, acima de tudo, um bem simbólico, e, como tal, repleto de significados.

O historiador Edward Hallet Carr (1985) diz, no livro *Que é história*, que para entendermos os posicionamentos de um historiador é necessário conhecermos o meio social e histórico no qual ele está inserido. No caso do jornalista, além de tudo isso, é fundamental saber para que empresa ele trabalha, e que ideologia política é seguida por ela.

Assim, é necessário saber a história dos próprios jornais, as posições políticas de seus donos, a linha editorial adotada, o perfil dos patrocinadores e a que grupos políticos e econômicos estão vinculados antes de elegê-los como objetos de pesquisa. Devemos lembrar que os jornais antes de se constituir em objeto de pesquisa, refletem, no desenvolvimento de sua própria história, toda uma transformação tecnológica e sócio-

cultural. Além disso, os impressos são instrumentos dotados de ideologias, e por estarem em constante dinamismo com as esferas políticas e sociais fazem do jornalismo um agente ativo na configuração dos rumos tomados pela sociedade.

Os jornais do século XIX, quando surgiu a imprensa no Brasil, eram escritos por intelectuais e marcados por uma linguagem literária, se constituído, sobretudo, como espaços de discursos políticos. Aliás, neste período, se consolidaram “alguns jornais de influência local, em geral ligados a famílias oligárquicas” (MIGUEL, 2002, p.29).

Segundo os escritos de José Leal (1979), mais de cinquenta jornais circularam na província da Parahyba durante o período monárquico, sendo a maioria deles originários da Capital, e, praticamente, todos caracterizados por uma orientação partidária. Na segunda metade do século em questão, uma efervescência jornalística, defendendo causas políticas, se fez presente na província.

Além de se constituírem em fontes riquíssimas para o pesquisador, os jornais também podem ser vislumbrados como agentes da própria história. É impossível não relacionarmos a história da imprensa no Brasil às transformações políticas e sociais verificadas no país do decorrer do tempo. Essa constatação pode ser melhor entendida a partir dos escritos das historiadoras Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, que abordam os jornais como fontes de reconstrução do passado e como agentes ativos na configuração da história do Brasil.

A partir de uma perspectiva histórica da imprensa, Ana Luiza Martins evidencia a importância da campanha abolicionista iniciada pela imprensa. “A cada linha de atuação, emancipacionista ou abolicionista, e a cada sociedade libertadora ou clube abolicionista, ensaiou-se e/ou editou-se um jornal”(2008, p.75). Ela ainda ressalta que a criação do *Partido Republicano*, juntamente com a fundação do *Jornal A República*, demarcaram uma intensa utilização da imprensa em prol da propaganda pela causa republicana.

2. A campanha abolicionista nas páginas dos jornais paraibanos

Ao abordar a imprensa como esfera atuante na sociedade da segunda metade do século XIX, objetiva-se entender como os jornais paraibanos aderiram à campanha

aboliconista e de que forma teriam contribuído para o processo de abolição da escravidão. Dos 12 jornais que datam a partir da década de 1880 existentes no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), quatro foram pesquisados na construção deste artigo, sobretudo, devido apresentarem melhor estado de conservação e possibilidade de manuseio. São eles: *O Publicador*³ (1885), *O Emancipador*⁴ (1883), *O Areiense*⁵ (1888) e *Arauto Parahybano*⁶ (1888).

Nos periódicos examinados, podemos constatar que havia uma inclinação ideológica em favor da abolição dos escravos no Brasil. Através de editoriais ou artigos, os impressos em questão, que tinham sede na Capital paraibana, exceto *O Areiense*, contribuíram para a formação de uma opinião pública favorável à libertação dos escravos. A abordagem de que a existência do cativo era uma condição de vergonha e atraso para o Brasil foi frenquetemente veiculada pelos impressos a partir de 1880, década em que se concentra a presente pesquisa.

Em editorial publicado no semanal *O Emancipador*, no dia 28 de junho de 1883, versava a opinião do periódico sobre a temática escravidão. Na primeira página ressaltava-se que: “A escravidão, estado desgraçado e aviltrante, faz a vergonha e o atraso e concorre para a corrupção dos povos que a admite”.

Com esta publicação, o jornal objetivava convencer a sociedade de que o sistema escravista deveria ser eliminado no Brasil. Em outra edição do mesmo impresso, no dia 7 de julho de 1883, aparece a notícia intitulada *Nova sociedade abolicionista de parahybanos*, que enfocava o seguinte:

“A propaganda abolicionista caminha a cada dia, pode-se assim dizer, organização-se novas negociações em todos os pontos do Imperio [...] O sentimento abolicionista nasceu no coração dos brasileiros”.

A escravidão foi uma temática presente em todo o jornal *O Emancipador*, não apenas em editoriais ou artigos como também no noticiário, que abordava sobre qualquer

³ Um dos jornais mais longevos da Paraíba Imperial. Seu primeiro exemplar circulou em 1862, tendo sido publicado até 1886.

⁴ Fundado pelo padre João do Rego Moura.

⁵ Começou a circular em 1887, com sede na cidade de Areia.

⁶ Periódico abolicionista. Dezeses exemplares deste jornal estão disponíveis no IHGP, com datas a partir de 1888. Este periódico se denominava como Litterario, Noticioso e Abolicionista. Depois da abolição passa a tratar de temas diversos.

tipo de evento ou manifestação favorável à abolição. Como exemplo, ainda na edição do dia 7 de julho, o referido impresso veiculou uma notícia sobre a realização de uma conferência acerca da abolição ocorrida na cidade de Areia, situada na região do Brejo Paraibano, cujo título era *Conferência abolicionista*.

Outro periódico de caráter abolicionista que circulava na Capital paraibana era *O Publicador*. Ligado ao partido Liberal e contando com publicações diárias, este impresso acompanhava os debates que eram travados na esfera política acerca do sistema escravista. Em editorial publicado em 24 de abril de 1885, com o título *A questão do elemento servil no Estado*, o jornal denunciava a escravidão como fruto da violência e da tolerância das leis vigentes no país.

Os discursos pronunciados na camara vitalicia oferecem ainda outra face não menos interessante. Considerando a questão de escravidão debaixo do ponto de vista histórico e filosófico, muitos senhores tem opinado que a propriedade escrava não é fundada em direito natural, mas é um feto filho da violência e do abuso tolerado e sancionado pelas leis e pelo paiz. (O Publicador. A questão do Elemento servil. 24 de abril, 1885).

Em outra edição do *O Publicador*, de 30 de abril do mesmo ano, continuava sendo destaque na primeira página do impresso a questão da libertação dos escravos. Nessa edição, o jornal reproduziu o discurso do senador José Bonifácio, através do qual o parlamentar se colocava contra a abolição do cativo por meio do recurso da indenização.

Se não fosse necessário conciliar interesses de outras naturezas, ida à transformação do trabalho a paz indispensável, e a todas as classes a segurança pela transação prudente entre os elementos conservadores e progressistas, eram eles que tinham o direito de vir pedir a esta camara a indenização de uma vida inteira que só pode trazer para as regiões de liberdade o cansaço dos anos e a reminiscência do cativo (O publicador. Ainda sobre o elemento servil. 30 de abril, 1885).

A campanha em prol da abolição da escravidão também se fazia presente no jornal *O Areinse*, editado na cidade de Areia, região do Brejo paraibano. No editorial veiculado no dia 7 de abril de 1888, o impresso, de circulação semanal, se declarava abertamente como órgão abolicionista. Aliás, em todas as edições do jornal, pesquisadas no IHGP, no ano em que foi declarada a Lei Áurea, pode ser verificado, em suas páginas, matérias de cunho ideológico favorável à extinção do cativo.

Estamos solidarios com os redactores de a “Verdade” no sentido da propagação das ideias livres, parte principal de nosso programma, como orgao evolucionista, que tem desde seus primeiros dias de vida se esforçado pela legitimidade dos direitos das classes menos favorecidas [...] Nao podemos portanto ser indifferentes ao grande movimento que se opera na provincia donde somos filhos, ne tao pouco negar o nosso fraco apoio a nascente empreza da “Verdade”, orgão de ingente e invencivel ideia abolicionista, que está hoje geralmente aceita (O Areiense. Editorial, 7 de abril, 1888).

Outro periódico no qual, pelas publicações veiculadas, podemos perceber que desde de muito vem abordando a temática sobre a abolição é o *Arauto Parahybano*, com sede na Capital e de circulação semanal. O acervo desse impresso existente no IHGP data do ano de 1888. Para se ter uma noção de como o periódico em questão era simpático e mobilizador da causa abolicionista, uma semana após declaração da Lei Áurea, o jornal trouxe uma edição especial sobre o acontecimento. A capa do *Arauto Parahybano* apresentava a seguinte frase, que, aliás, toma conta de toda a página: “Homenagem do Arauto Parahybano ao Brazil livre”. Logo abaixo, estava escrito: “Salve! 13 de Maio!”.

Em editorial, publicado também nessa edição comemorativa, o referido impresso finalizou o texto expressando o sentimento de papel cumprido: “Nós, fracos soldados do abolicionismo, sentimo-nos cheios de alegrias e indizível prazer ao contemplarmos o estandarte da incrementa Deusa da Liberdade [...] Sejam essas as ultimas palavras sobre o abolicionismo”.

Este artigo teve a pretensão de trazer recortes noticiosos de alguns jornais que circularam na província da Parahyba nos anos que antecederam a abolição da escravidão, datada de 13 de maio de 1888, com a vigoração da Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, para destacar a importância que esses impressos, e outros em diversas regiões do país, tiveram na formação de uma opinião pública em favor da abolição.

É impossível precisar como essas notícias e posicionamentos acerca da libertação dos cativos foram capazes de incutir um ideário abolicionista na mente das pessoas, mas não se pode negar que esses jornais conseguiram, ao menos, introduzir os debates acerca da libertação dos escravos em diversos setores da sociedade.

Entretanto, ressalta-se que os próprios escravos tiveram uma importância fundamental no processo que culminou na extinção do sistema escravista. Autores como Sidney Chalhoub⁷, João José Reis e Eduardo Silva⁸ realizaram estudos que comprovam, através de pesquisas em fontes primárias, a dinâmica de negociação que se estabeleceu no interior do cativo, destacando como os negros desenvolviam maneira de viverem, ao menos, de forma melhor dentro daquela estrutura imperiosa, ou mesmo, como buscavam, em outras ocasiões, maneiras de se livrarem das senzalas. Os referidos historiadores explicitam que o sistema escravista não era tão rígido que não permitisse a existência de brechas para que o escravo criasse espaços de negociações com seus senhores. Estes autores argumentam que esse processo de constantes pressões por parte dos escravos, de certa forma, teria contribuído para o fim da escravidão.

Considerações Finais

Portanto, os jornais podem ser considerados, ao mesmo tempo, uma testemunha da história e um agente participativo na configuração da própria história. Legam, desse modo, uma relevante contribuição à historiografia, devido promoverem uma ampliação do campo temático, possibilitando o desenvolvimento de diversas abordagens, e beneficiarem o alargamento do conhecimento histórico.

Vale ressaltar que este artigo resulta de uma pesquisa ainda em fase inicial acerca dos jornais como fontes e objetos de pesquisa para os estudos sobre a abolição da escravidão no Brasil. Desse modo, a reflexão proposta ainda está em fase de amadurecimento.

Referências

AMARAL, Luiz. **Jornalismo matéria de primeira página**. 3 ed. Rio de Janeiro – Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1982.

CARR, Eduard Hallet. **Que é história?** 4 ed. São Paulo: Terra e Paz, 1985.

⁷ Obra publicada em 1990.

⁸ Obra publicada em 1989.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CIRILO, Thais. Das teorias às práticas jornalísticas. In: SILVEIRA, Ada Cristina Machado (org.). **Jornalismo além da notícia**. Santa Maria: FACOS - UFSM, 2003.

DE LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, 149-175.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.)

Fontes Históricas. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

LEAL, José. **A imprensa na Paraíba**. João Pessoa: A União, 1979.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. São Paulo: Ática, 1989.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. **Política e mídia no Brasil**. Brasília: Plano, 2002.

MIOTTO, Gaspar Bianor. A construção da notícia. In: SILVEIRA, Ada Cristina Machado (org.). **Jornalismo além da notícia**. Santa Maria: FACOS - UFSM, 2003. p.45-61.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Jornais consultados

O Publicador, Província da Parahyba do Norte. 1885.

O Emacipador, Província da Parahyba do Norte. 1883.

O Areiense, Areia. 1888.

Arauto Parahybano. Província da Parahyba do Norte, 1888.